

Dashboard de Rendimentos, IRS e Desigualdades¹

Paulo Renato Costa²

Rui Vigário²

O GPEARi atualizou o [Dashboard de Rendimentos, IRS e Desigualdades](#), incorporando os dados administrativos relativos aos rendimentos de 2024.

O *Dashboard* baseia-se nos dados administrativos das notas de liquidação do IRS e tem como objetivo apresentar uma análise nacional, regional e local do impacto das taxas progressivas de IRS no rendimento disponível das famílias, na desigualdade e em indicadores de pobreza, numa perspetiva temporal iniciada em 2015.

São considerados os rendimentos englobados para efeitos de determinação das taxas progressivas de IRS³, o valor da coleta apurado pela aplicação dessas taxas (excluindo a coleta associada a rendimentos não englobados) e o montante das deduções à coleta, incluindo o benefício municipal. Os resultados são apresentados por adulto equivalente, utilizando a escala modificada da OCDE⁴, considerando os agregados familiares residentes (constituídos pelos titulares de rendimentos e respetivos dependentes) que entregaram a declaração de IRS.

A análise do *dashboard* evidencia que, em 2024, o número de agregados familiares aumentou 2,2% face a 2023, o que corresponde a cerca de mais 130 mil agregados. Em termos regionais, todas as regiões registaram crescimento do número de agregados, destacando-se a Região Autónoma da Madeira e a Península de Setúbal, ambas com um aumento de 3,3%. A região Norte apresentou o crescimento mais modesto (1,7%). Ao nível local, verificou-se uma redução do número de agregados em 12 concelhos, enquanto os concelhos do Corvo e de Santa Cruz da Graciosa registaram os maiores crescimentos, de 9,3% e 7,1%, respetivamente.

Relativamente ao rendimento médio englobado para determinação da taxa progressiva de IRS, observou-se um aumento de 7,8% face a 2023. Destaca-se o crescimento expressivo dos rendimentos isentos sujeitos a englobamento para determinação da taxa, que aumentaram 71,9%, passando a representar 3,6% do total do rendimento, mais 1,3 p.p. que em 2023.

Este crescimento dos rendimentos isentos foi igualmente significativo a nível regional, tendo mais que duplicado nas regiões da Madeira (173,2%), Norte (145,1%), Centro (132,8%) e Alentejo 105,7%). No Algarve, embora o crescimento tenha sido mais contido (9,2%), esta continua a ser a região onde os rendimentos isentos têm maior peso, representando 11,8% do total dos rendimentos. Nesta região, destacam-se os concelhos de Lagos e Tavira, ambos com um peso superior a 20%, sendo quem no conjunto

¹ Publicado no [Boletim Trimestral de Economia Portuguesa \(janeiro 2026\)](#).

² GPEARi-MF.

³ Rendimentos com obrigatoriedade de englobamento, rendimentos sujeitos a taxas liberatórias e especiais, sobre os quais foi exercida a opção de englobamento e rendimentos isentos sujeitos a englobamento para determinação da taxa progressiva.

⁴ A escala modificada da OCDE atribui ao primeiro adulto o peso de 1, a cada membro adicional do agregado com 14 ou mais anos o peso de 0,5 e a cada criança com menos de 14 anos o peso de 0,3.

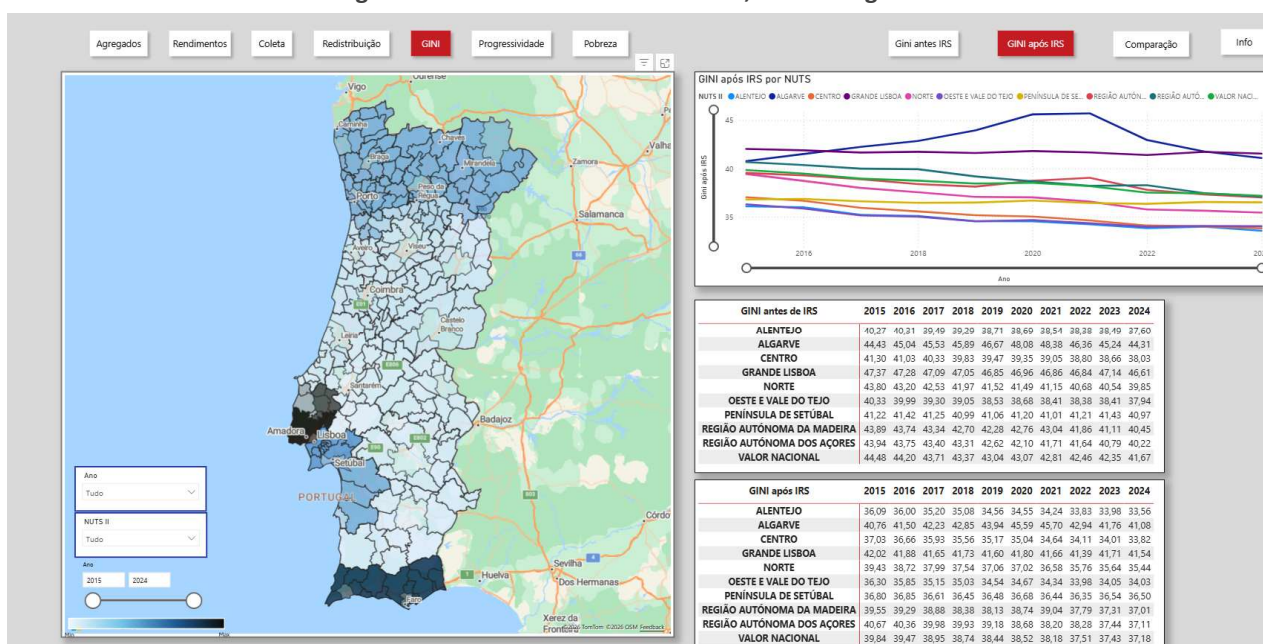
do país, existem nove concelhos onde os rendimentos isentos têm um peso superior a 10%, dos quais apenas Óbidos não pertence à região do Algarve.

No que respeita à coleta, 2024 foi o primeiro ano em que se registou uma redução do valor médio da coleta líquida (-5,5%), bem como a maior diminuição da taxa efetiva média, que passou 12,1% para 10,6% (redução de 1,5 p.p.). O aumento do rendimento total, conjugado com a redução da taxa efetiva, traduziu-se num crescimento médio de 9,7% do rendimento disponível, valor que supera em 1,8 p.p. o crescimento do rendimento total.

A análise do impacto do IRS na redistribuição de rendimentos e na diminuição da desigualdade mostra que, em Portugal, o índice de Gini pós IRS diminuiu 0,24 p.p.. Contudo, dado que a redução do índice de Gini antes de IRS foi mais acentuada, verificou-se uma diminuição da capacidade de redistribuição do imposto, refletida numa redução de 0,4 p.p. do índice de redistribuição de Reynolds-Smolensky.

A nível regional, o Algarve foi a região que registou a maior redução da desigualdade medida pelo índice de Gini pós IRS (-0,70 p.p.), enquanto as regiões do Oeste e Vale do Tejo e da Península de Setúbal apresentaram as reduções mais modestas, com 0,02 p.p. e 0,04 p.p., respetivamente. Em 96 concelhos verificou-se um aumento do índice de Gini pós IRS, destacando-se Avis e Alcoutim com aumentos de 2,55 p.p. e 2,24 p.p.. Em sentido oposto, o concelho da Ponta do Sol, nos Açores, registou a maior diminuição do índice de Gini (-4,11 p.p.)

Imagem 1. Dashboard de Rendimentos, IRS e Desigualdade



Fonte: GPEARI.

O índice de Gini pós IRS situou-se acima do valor nacional (37,18) nas regiões da Grande Lisboa, e do Algarve, com valores de 41,54 e 41,08, respetivamente. Ao nível local, 39 concelhos apresentaram um índice de Gini superior ao valor nacional (menos dois que em 2023), destacando-se Loulé, Lisboa, Lagos, Tavira e Cascais, todos com valores superiores a 45. Em contraste, Barrancos, Gavião e Portel registaram, em 2024, índices de Gini inferiores a 28.

No que diz respeito aos indicadores de pobreza, verificou-se, a nível nacional, uma redução da taxa de pobreza de 1 p.p., passando de 19,5% em 2023 para 18,5% em 2024, associada a um aumento de 8,7% do limiar de pobreza. A nível regional, apenas a Grande Lisboa e a Península de Setúbal registaram reduções da taxa de pobreza inferiores à média nacional (-0,3 p.p. e -0,4 p.p., respetivamente), sendo também estas as únicas regiões que, em 2024, apresentaram taxas de pobreza superiores à nacional, com 21,9% e 20,1%, respetivamente.

Ao nível local, a taxa de pobreza aumentou em 13 concelhos, com destaque para Sardoal e Pedrogão Grande, onde se observaram aumentos de 1,5 p.p. e 1,3 p.p., respetivamente. Em 2024, 114 municípios apresentavam uma taxa de pobreza superior à nacional. Em sentido contrário, destaca-se a existência de 52 municípios com uma taxa de pobreza inferior a 15%.